autuado por cintiacarrer em 08/09/2026 13:59:53.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL nº 694/26

Realizada a pesquisa, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 — Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999 — Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências.

Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 — Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 — Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.

Lei Federal nº 14.016, de 23 de junho de 2020 — Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano.

Lei Complementar Federal nº 187, de 16 de dezembro de 2021 — Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social.

Lei Federal nº 14.628, de 20 de julho de 2023 — Institui o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Cozinha Solidária.

Matéria DSP 13685/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 08/09/2026 e juntado ao PL 694/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=761799.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

PROCURADORIA

Lei Estadual nº 11.575, de 25 de novembro de 2003 — Dispõe sobre doação e reutilização de gêneros alimentícios e de sobras de alimentos e dá outras providências.

Lei Estadual nº 14.512, de 24 de agosto de 2011 — Autoriza o Poder Executivo a instituir programas assistenciais destinados a atender pessoas em situação de vulnerabilidade social e dá providências correlatas.

Lei Estadual nº 16.544, de 6 de outubro de 2017 — Institui a Política Estadual de Atenção Específica para a População em Situação de Rua no Estado de São Paulo.

Lei Estadual nº 18.176, de 8 de julho de 2025 — Institui o Programa de Superação da Pobreza no Estado de São Paulo.

Lei Estadual nº 18.420, de 13 de março de 2026 — Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de refeições prontas para o consumo e dá outras providências.

Lei Municipal nº 13.327, de 13 de fevereiro de 2002 — Dispõe sobre a criação do “Banco de Alimentos” e dá outras providências.

Lei Municipal nº 15.920, de 18 de dezembro de 2013 — Estabelece os componentes municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, criado pela Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

Lei Municipal nº 17.755, de 24 de janeiro de 2022 — Dispõe sobre a doação de excedentes de alimentos pelos estabelecimentos dedicados à produção e fornecimento de refeições e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.819, de 29 de junho de 2022 — Dispõe sobre o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional no Município de São Paulo, institui o Auxílio Reencontro, a Vila Reencontro e cria o Fundo de Abastecimento Alimentar de São Paulo.

Matéria DSP 13685/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 08/09/2026 e juntado ao PL 694/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=761799.

autuado por cintiacarrer em 08/09/2026 13:59:53.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

PROCURADORIA

Lei Municipal nº 18.210, de 26 de dezembro de 2024 — Dispõe sobre o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional no Município de São Paulo, institui o Auxílio Reencontro, a Vila Reencontro e cria o Fundo de Abastecimento Alimentar de São Paulo.

Projeto de Lei do Executivo nº 427/2022 — Dispõe sobre o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional no Município de São Paulo, institui o Auxílio Reencontro, a Vila Reencontro e cria o Fundo de Abastecimento Alimentar de São Paulo. Fonte oficial

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 08 de setembro de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068

Matéria DSP 13685/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 08/09/2026 e juntado ao PL 694/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=761799.